CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata da Reunião Ordinária de Abril - 2025

Data: 28 de abril de 2025

Inicio: 14h00min **Término:** 17h

Local: Auditório do Paço Municipal

Reunião em modo: Presencial

LISTA DE PRESENÇA

SEMAS: Júlia Holst Faustini, Gabriela Pascoal Certório e Monique Franco M. Bastos;

Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento: Rodrigo Mariano;

Secretaria de Ordem Pública: Luis Ribeiro Nogueira;

Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé: Ricardo Muylaert Salgado;

CBH: Thayná Fernandes R. Toledo;

ACIM: José Eduardo Carramenha;

Associação Raízes: Cíntia da Silva do Espírito Santo e Jane da Conceição Ribeiro da Costa;

S.O.S Praia do Pecado: Leonardo Pereira Machado;

Instituto Visão Social: Bernadete Vasconcellos e Thièrs Wilberger;

Entidade Pesqueira: Eduardo Gonçalves da Silva;

Instituto Visão: Bernadete Vasconcelos;

OAB/RJ: Milena Rocha P. Gomes;

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ: Marcelino da Silva Fernandes;

NUPEM: Rodrigo Lemes Martins;

Convidados: Taty Porto; Glória Sirotheu; Tays Cury; Wagner Nunes Firmino, Sabrina Dias de Matos, Rosane Cunha do Nascimento.

INSTITUIÇÕES AUSENTES

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Procuradoria Geral do Município;

Secretaria Municipal de Obras;

Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia;

Secretaria Municipal Adjunta de Turismo;

CDL;

Instituição Técnico Científica – UFF

JUSTIFICATIVAS

PAUTA

I – Pequeno Expediente

1) Verificação de quórum;
2) Aprovação de atas anteriores;
3) Leitura do expediente;
4) Comunicações:

4.1) Resultado da Reunião de Planejamento;

4.2) Desapropriação da Restinga da Praia do Pecado – Processo nº 0007371-38.2014.8.19.0028.

5) Tribuna Livre;
   - Até 15 inscritos, com 2 minutos de fala por pessoa.

II – Grande Expediente

1) Apresentação Técnica das Diretrizes de Licenciamento Simplificado;
2) Apresentação Técnica de Diretrizes para Reforma do Órgão Colegiado de Julgamento de Impugnações e Recursos de Infração Ambiental;
3) Apresentação do Novo Organograma da SEMAS;
4) Apresentação Técnica do Projeto do Parque da Lagoa de Imboassica.

III – Ordem do Dia;

1) Aprovação do Manual de Arborização.

IV – Informe Geral;

1) SEMAS.

PEQUENO EXPEDIENTE: Verificado o quorum, O **Presidente do COMMADS, Phelipe Smith Salgado,** deu início à 4ª reunião ordinária do COMMADS de 2025, explicou ter surgido um conflito de agenda e que precisaria se ausentar para participar de um compromisso de governo. Explicou que o Vice Presidente também não pôde comparecer e que a reunião seria conduzida pelo Secretário Executivo e pela Secretária Geral. Anunciou a presença do representante do Legislativo,

Vereador Ricardo Salgado. A **Secretária Geral Monique Franco** e o **Secretário Executivo Hélio Márcio** justificaram o não envio da ata da reunião de março, alegando a redução do tempo hábil por conta do feriado e propondo que a apresentação da mesma ficasse para a reunião seguinte. Na sequência, a título de **comunicações**, o Secretário Executivo abordou questões atinentes ao **planejamento e estruturação da SEMAS**, a partir da última reforma administrativa realizada que previu a existência de coordenadorias mas não as nomeou e não as quantificou, deixando em aberto para definição posterior. Explanou que, para iniciar este processo de estruturação, deu-se início ao processo de estabelecimento da Visão, Missão e Valores da Secretaria, através de um processo participativo com os funcionários e com participação do Escritório de Gestão. Compartilhou com o conselho o resultado do processo da construção coletiva da missão, visão e valores da secretaria municipal de ambiente, sustentabilidade e clima (semas); **MISSÃO: Executar a política municipal de meio ambiente, sustentabilidade e clima, garantindo a preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, por meio do monitoramento e da fiscalização. Promover a conscientização, a participação da população, o desenvolvimento de estudos e pesquisas e a implementação de soluções inovadoras e atividades ambientalmente sustentáveis para mitigar os impactos climáticos, aumentar a resiliência climática e assegurar a qualidade ambiental e a viabilidade de Macaé para as presentes e futuras gerações**; **VISÃO: Ser reconhecida como referência em gestão ambiental, promovendo o equilíbrio entre a preservação dos ecossistemas e o desenvolvimento socioeconômico, por meio da participação social, da inovação e da recuperação de áreas degradadas. Construir uma Macaé mais verde, resiliente, sustentável e com qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. VALORES : Excelência Técnico-Científica**, baseando ações em conhecimento e pesquisa; **Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida**, buscando equilíbrio entre ambiente, sociedade e economia; **Ética e Transparência**, atuando com integridade e clareza; **Legalidade e Eficiência**, seguindo leis e otimizando recursos; **Participação Social e Integração**, envolvendo a comunidade nas decisões ambientais; e **Responsabilidade Ambiental e Resiliência Climática**, protegendo o meio ambiente e enfrentando os impactos climáticos para as futuras gerações. Falou que os processos de planejamento estratégico de outras secretarias de ambiente, a maioria do sul do país, foram observados, que conceitos como o do equilíbrio ecológico-econômico estão em evidência, e que um potencial a ser explorado, neste contexto, é o de fomento de condomínios autossustentáveis. Ressaltou a importância do processo participativo neste tipo de construção como forma de se criar uma cultura organizacional. Demarcando outro assunto das **comunicações,** abordou a questão da desapropriação da área da restinga da Praia do Pecado, afirmando que há compromisso e esforço governamental pela criação do Parque do Pecado, predominando o entendimento de que a área é uma área não edificável, classificada como APP, impedida de qualquer tipo de exploração econômica, vocacionada para a preservação, considerada como de grande valor social e ambiental e de valor comercial zero, não podendo ser transicionada na lógica tradicional de mercado, e que, mediante estas questões. Pediu ajuda ao Conselheiro Leonardo Machado para recuperar os

decretos de desapropriação da época da realização dos abraços à restinga, da época do prefeito Silvio Lopes, porque estava encontrando dificuldades em obter estes decretos na Secretaria. Enfatizou que o Prefeito havia colocado uma equipe para trabalhar nisso e que era importante continuar chamando a atenção da sociedade para a importância de se manter mobilizada na defesa daquela área. Lembrou que há duas espécies de lagartos ameaçadas de extinção, registrados naquela área, além do sabiá da praia, todas informadas através de relatório técnico da Secretaria, recomendando a busca por um laudo técnico do NUPEM ou do ICMBio para dar mais consistência às informações sobre a biodiversidade da localidade. Citou a existência de um laudo, feito pelo INEA unidade Rio, em período de seca, com cerca de 40 dias sem chuva, datado de 06/03/2025, retratando informações desfavoráveis. Concluiu o Pequeno Expediente e abriu as inscrições para falas na Tribuna Livre.

TRIBUNA LIVRE: O **Conselheiro Leonardo Pereira Machado**, presidente do movimento SOS Praia do Pecado elogiou as informações fornecidas sobre o processo de planejamento estratégico da Secretaria e os esforços despendidos pela gestão, esboçando a saída de uma fase de certo distanciamento das ações da gestão e os anseios da sociedade. Relatou que tem realizado reuniões com a Secretaria sobre a desapropriação da área da restinga do Pecado, que as intenções da empresa Lagra de construir, na área, 280 apartamentos de alto nível, mais outros tantos de classe média, são totalmente discrepantes em relação aos desejos e necessidades da sociedade macaense, desassociadas de qualquer compromisso com o desenvolvimento sustentável da cidade e atreladas à especulação. Defendeu que as argumentações da Lagra são frágeis. Explicou que as alegações de que os decretos desapropriatórios de 2014 e de 2008, constituiriam uma desapropriação indireta, não procediam, porque a área da restinga da Praia do Pecado é protegida pela Lei Orgânica do Município desde 1990. Disse, também, haver um decreto de 1982, feito pelo prefeito Silvio Lopes, que também não teve o processo concluído em sua íntegra, mas que já demonstrava o interesse da cidade em preservar aquela área. Caracterizou como superficiais os argumentos do grupo empresarial e expressou a sua confiança de que, juntos com o trabalho diligente da Procuradoria Geral do Município, poderiam obter êxito no processo e na conclusão da desapropriação. Falou que o poder público podia contar com o movimento SOS Praia do Pecado no trabalho de mobilização pcpular, chamando a atenção da sociedade para a importância da preservação daquela área que é fundamental para a manutenção de serviços ecossistêmicos que proporcionam importante compensação em relação aos impactos das condições climáticas. Apontou que o histórico de mobilizações em defesa daquela área e o clamor popular a favor da preservação pesavam contra os argumentos superficiais da Lagra. O **Conselheiro Thièrs Wilberger** fez uma pesquisa sobre a data de extinção da FEEMA alegando que toda licença de instalação, especialmente no caso da Lagra, para o espaço de restinga natural da Praia do Pecado, tem um prazo de validade e que esse prazo de validade já teria expirado há muito tempo, não restando mais validade à licença expedida, não havendo mais esse direito de construir. Afirmou que, mesmo que a área fosse edificável e se enquadrasse nas características de uma área transacionável comercialmente, seria necessário um novo licenciamento, com novos estudos de impacto ambiental

e tudo mais, que, em cima desses novos estudos, haveria uma nova discussão sobre o empreendimento ser viável ou não. Alegou que, à luz do contexto atual, das produções científicas e das unidades de conservação disponíveis no município, é de extrema importância a preservação dessa área de restinga, inclusive por conta da área que a empresa alega não pertencer à faixa de restinga, que é uma área úmida, com importante lençol freático e que, com devidas intervenções de recuperação, voltaria a ser **brejo litorâneo** que, assim como restinga, é área de preservação, pela **Convenção de Ramsar de 1971**, ao qual o Brasil aderiu desde 1993 (A Convenção de Ramsar, também conhecida como Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, é o tratado ambiental multilateral mais antigo, dedicado à conservação de um tipo específico de ecossistema: as zonas úmidas. Seu foco principal é a conservação e o uso sustentável dessas áreas, reconhecendo sua importância para a biodiversidade, o equilíbrio ecológico e os serviços ecossistêmicos que oferecem - preocupação com a perda de habitats de **aves aquáticas** devido à degradação das zonas úmidas). Enfatizou que as argumentações da Lagra estão absolutamente fora da realidade. Falou também sobre a audiência pública do projeto Raia, realizada na semana anterior, e agradeceu à presença da Secretaria e da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Citou a entrega de documento fazendo críticas e questionamentos e que era necessário continuar acompanhando o processo. Destacou que o empreendimento proposto pretende queimar 16 milhões de metros cúbicos de gás em Macaé, a partir de termoelétricas, em uma bacia aérea já saturada. Pediu apoio e vigilância por parte da Secretaria, da Comissão de Meio Ambiente da Câmara e dos conselheiros. A **Conselheira Thayná Fernandes** defendeu o acolhimento das falas diversas, incluindo as que se referiam a vegetações feias, por serem oriundas da percepção de pessoas, muitas vezes, carentes de uma educação ambiental e alijadas de acesso às áreas verdes dos territórios que ocupam. Disse morar na Vila Badejo, uma localidade cercada de áreas verdes às quais a comunidade local não possuía acesso. Observou que a retirada de uma árvore e o plantio de uma nova, deveria considerar o fato de que cada uma delas leva no mínimo 30 anos para atingir um desenvolvimento pleno. Defendeu um trabalho mais coletivo de educação ambiental, um maior esforço de mobilização da população para estes debates, para desconstruir esse olhar comum que, muitas vezes, caracteriza uma área verde como feia, seca, perigosa, foco de mosquito, de odores, entre outros. Defendeu a criação do Parque da Restinga do Pecado como parte de uma estratégia de fortalecimento da educação ambiental, visando reconstruir o olhar sobre a natureza. Mencionou como surreal o valor de indenização exigido pela empresa e chamou atenção sobre como os recursos estão alocados no orçamento do município, questionando o fato de valores vultuosos de centenas de milhões para recuperação florestal estarem alocados na Secretaria de Serviços Públicos e não na Secretaria de Meio Ambiente. Relatou ter observado uma movimentação de recursos na ordem de 15 milhões, para compra de mudas destinadas à Secretaria de Meio Ambiente e que considerou o valor desproporcional, apontando a necessidade de um olhar mais atento a isso. O **Conselheiro Marcelino Fernandes**, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do. O **Conselheiro Marcelino Fernandes** explicou que o seu segmento emprega o uso de técnicas e parâmetros na definição de valores de imóveis, que a avaliação do valor do terreno tem que ser feita

de acordo com esses parâmetros, que não pode ser um valor chutado de 289 milhões. Disse que pode ser um meio termo entre dois valores, mais para um, mais para o outro, mas tem que ser feito com técnicas para se chegar a um valor real. Relatou casos semelhantes, de outros municípios, em que a opção de resolução adotada se deu por meio de permuta, com o município ofertando uma outra área em troca da área em disputa, fazendo-se os devidos cálculos de ajustes proporcionais de acordo com o maior ou menor grau de valorização de cada área. Disse que estes exemplos de outros municípios podem ser buscados e esta pode ser uma forma alternativa de resolução do impasse. Reconheceu a importância da discussão e da localidade para a sociedade macaense. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** esclareceu que as tentativas de composição já estão sendo feitas há anos, sem lograr êxito. A Sr.ª **Sabrina Dias**, do Macaé Raiz, disse que seu grupo, recém lançado, trabalhava com turismo integrado com meio ambiente, sustentabilidade e cultura, dentro do município de Macaé. Disse estar acompanhando todo o desdobramento sobre a área de restinga do Pecado e que considerava muito importante ter mais uma unidade de conservação dentro do município. Explicou que seu grupo atua com foco na região norte da cidade, onde o fechamento do **Parque Natural Municipal da Região do Barreto**, estava sendo bastante sentida. Disse ter ciência que o fechamento havia se dado em função de uma reforma na sede, mas que, a comunidade sentia falta de informações a respeito desse processo, que não havia placa informativa e nem informação de prazos. **Pediu informações sobre a reabertura do Parque do Barreto** e destacou a importância daquela localidade na valorização da região norte da cidade. A **Conselheira Bernadete Vasconcelos**, representante do Instituto de Visão Social, reforçou a importância da audiência pública relatada pelo Conselheiro Thièrs e lamentou a falta de presença e posicionamento do poder público na discussão dos impactos do empreendimento na cidade. Disse que a população não recebe as devidas informações sobre os riscos destas atividades e o site da Transparência da Prefeitura deveria ser melhor explorado nestas situações. Reforçou a reivindicação de que as reuniões do COMMADS sejam transmitidas *online* e que possua um canal no Youtube para ampliar o acesso das pessoas às discussões realizadas no colegiado. **Reiterou outra crítica e questionamento sobre a forma como se vem realizando a poda e corte de árvores na cidade.** Relatou que caminha pela área urbana e que percebe uma **agressiva supressão de grandes árvores em Macaé. Solicitou que este tema seja colocado no Grande Expediente e que se formasse um grupo do COMMADS, para realizar uma fiscalização sobre essas atividades de supressão e podas agressivas e fora de época.** Alertou que estes procedimentos inadequados adoecem e matam as árvores e que, neste ritmo, em breve, a cidade não teria mais grandes árvores. **Reiterou o seu questionamento sobre informações a respeito das intervenções do poder público na Praça Veríssimo de Melo.** Reforçou que o local está tapado e não há transparência sobre o que está sendo realizado ali. Se disse preocupada com as árvores da localidade, que são centenárias e defendeu que não sejam suprimidas. Apontou ser importante o COMMADS receber informações sobre as obras realizadas na cidade e os impactos gerados a partir delas. Defendeu que as grandes árvores da Praça Washington Luís também sejam protegidas, que as praças continuem sendo locais arborizados que contribuam para a **regulação do**

microclima da cidade, que isso é essencial para uma cidade sustentável. O **Conselheiro Ricardo Salgado,** da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, disse ser a sua primeira vez como integrante do colegiado, que possui uma relação íntima com o meio ambiente. Colocou o seu gabinete à disposição, pediu que os conselheiros utilizassem mais o seu mandato, esclareceu que muitas informações podem ser adquiridas por meio de requerimentos legislativos. Garantiu que, no atual governo, nada aconteceria na restinga do Pecado que não fosse convergente com a vocação ambiental da área. Disse ser normal a empresa defender o seu interesse econômico mas que cabia à Prefeitura defender o interesse social e ambiental sobre a área. Explanou que tem tratado deste assunto com o Prefeito e que o mesmo está empenhado em resolver essa negociação de desapropriação para que o espaço seja guardado pela Secretaria de Meio Ambiente. Sobre o Projeto Raia disse que faria um Requerimento Legislativo, no dia seguinte, pedindo à Secretaria de Desenvolvimento Econômico para organizar um *tour* em todas as empresas relacionadas à óleo e gás, em Macaé, para conversar com a presidência de cada instituição, visando ouvir a perspectiva do desenvolvimento econômico. Afirmou que também queria ouvir a perspectiva do setor ambiental, o que seria facilitado por sua integração com o COMMADS e com a Secretaria de Meio Ambiente. Mas ressaltou a importância do setor ambiental também visitar o seu gabinete para levar as discussões. Se apresentou como um bom ouvinte, como um bom debatedor que, em certos pontos, poderia não concordar com as abordagens trazidas mas que, suas discordâncias seriam sempre embasadas em dados, pediu **que as demandas trazidas pelo setor ambiental também venham acompanhadas de dados.** Demonstrou sua intenção de não ser tendencioso para nenhum dos lados, mas afirmou que não negocia o futuro e que reconhecia a relação do meio ambiente com o futuro, que poder-se-ia ceder um pouco, em algum momento, para não se frear o desenvolvimento econômico da cidade, mas que, de uma forma geral, o meio ambiente não se negocia. Se colocou à disposição para atuar de forma razoável e efetiva na mediação desse debate. O **Conselheiro Rodrigo Lemes,** do Nupem/UFRJ, disse ter sido contactado pelo Secretário Executivo do COMMADS, sobre a pauta da restinga do Pecado e que havia fornecido para o mesmo um documento que foi gerado dentro de uma dissertação de mestrado de uma aluna que faz um estudo sobre as questões sociais envolvidas na região da restinga do Barreto onde, ao final, ela coloca como apêndice alguns dados importantes e que podem ser aproveitados no processo judicial. Mas, além disso, disse que fez uma busca ativa junto a professores pesquisadores que têm trabalhos produzidos na área e que conseguiu uma aluna para fazer um projeto, por uma disciplina chamada Estudos Interdisciplinares. Explicou que a aluna está interessada em fazer um projeto em que ela vai conversar com esses diferentes professores e gerar um produto que poderia ser apensado a esse processo. Colocou que **seria importante que fosse emitida uma solicitação ao Nupem, talvez pelo próprio COMMADS, sobre esse levantamento.** Disse que ela se prontificou, que ela é do Jardim Botânico, que tem uma experiência enorme na área, trabalha com a professora Dorothy Sue, uma das maiores especialistas em restinga do Brasil. Explicou que a aluna, que é doutoranda deles, também conversou com o professor Pablo que tem alguns dados importantes coletados, como o de corujas que caçavam na área e de exemplares importantes de pequenos mamíferos,

inclusive de **animais com algumas taxas de endemismo**. Citou também a professora Patrícia, estudiosa de aves, como uma potencial colaboradora. Mas reforçou a importância da demanda ser formalizada pelo COMMADS ou pela Secretaria, até para justificar a transformação disso em um produto de uma disciplina da UFRJ. Disse que também pediria para ela fazer um levantamento histórico da área também. Coadunou com o que o Conselheiro Thièrs falou a respeito do fundo do terreno possuir propriedades de alagado, onde escasseia um pouco a vegetação de restinga por haver um lençol freático que aflora ali, caracterizando a área como protegida. Entretanto, lembrou que houve perda de áreas de vegetação na localidade, ao longo dos anos, por faltas de cuidados no controle de incêndios, havendo, inclusive, suspeitas de incêndios criminosos no local. Frisou que isso precisa ser considerado porque, qualquer relatório que seja feito hoje, pode apresentar que a área tem uma alta taxa de invasoras. Afirmou ter condições de demonstrar estas áreas, principalmente próximos às residências, provavelmente porque essas residências devem ter cães e lavar com água as fezes dos animais que, por sua vez, percolam na areia e promovem uma alteração no substrato arenoso, permitindo a entrada de invasores. Apontou ser **culpa da empresa proprietária do terreno, a perda de atributos ecológicos da área**, explicou que esse histórico precisa ser documentado, apresentado e levado em conta para a correta avaliação da situação. Disse não ser aceitável que agora de diga que a área é ruim ou não, desconsiderando que a área foi historicamente prejudicada por eles. O Secretário Executivo Hélio Márcio se posicionou favorável à emissão de ofício ao NUFEM, seja pela SEMAS, seja pelo COMMADS, pedindo o estudo sobre a área de restinga do Pecado. O **Conselheiro Thièrs** apresentou **requerimento pelo COMMADS, pedindo o estudo sobre a área de restinga do Pecado.** A Srª. **Virgínia** apresentou concordância com as falas da Sabrina e da Conselheira Bernadete, abordando a problemática da Secretaria de Serviços Públicos cortar árvores indiscriminadamente. Observou que há uma discrepância entre a região sul e a norte, da cidade, no quesito **presença de árvores, salientando que na região norte a devastação** é maior, mostrando uma diferenciação de tratamento em relação a moradores das áreas mais pobres da cidade, nos quesitos habitabilidade e qualidade ambiental. Citou também as falas do representante da empresa Tractebel, responsável pela elaboração dos Planos de Manejo do Parque da Restinga do Barreto e do Arquipélago de Santana, sobre a proliferação de lixo e perda da biodiversidade no Parque da Restinga do Barreto, e o fato de não haver, por parte do poder público, nenhuma ação de limpeza ou de recuperação daquela área, mesmo tendo um Plano de Manejo em processo de elaboração. **Perguntou sobre as ações adotadas para mitigar os prejuízos ambientais daquela área, depois do cenário apresentado, na reunião na reunião do COMMADS.** Citou que, em 1989, seu irmão era secretário do Meio Ambiente em Macaé e essas questões já eram abordadas pelos ambientalistas e que poucos avanços haviam ocorrido até os dias de hoje. Pediu que algo comece a ser feito por aquela área, antes da finalização do Plano de Manejo. Declarou que, da **Ponte da Barra até o Barreto, anda-se quilômetros sem que haja uma arborização.** O Secretário Executivo Hélio Márcio deu informações sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque do Barreto, disse que, conforme solicitação do Conselheiro Thièrs, foi **expedido ofício a** empresa **TRACTEBEL solicitando a disponibilização de profissionais**

com maior *expertise*, em determinadas áreas, para os levantamentos ambientais da área. Disse que a resposta da empresa foi estapafúrdia, alegando que cumpriam todos os requisitos exigidos. **Pediu que a resposta enviada pela empresa fosse disponibilizada para a ciência dos conselheiros**. A Plenária autorizou. O Secretário Executivo deu por encerrado o Pequeno Expediente e abriu o **Grande Expediente.**

GRANDE EXPEDIENTE : Hélio Márcio pediu um momento para explicar que na **Ordem do Dia,** constava, para ser submetido à votação, o **Manual de Arborização**, que havia sido enviado previamente para a apreciação dos conselheiros e que esperava que pudesse ajudar a resolver a problemática trazida pelas conselheiras Virgínia e Bernadete, sobre podas e cortes de árvores realizadas de maneira inadequada. Explicou que esse era o procedimento que seria sempre adotado de encaminhar para votação propostas que fossem previamente encaminhadas para a apreciação dos conselheiros. Alguns conselheiros se manifestaram acusando o não recebimento do documento. Houve uma verificação e confirmação de que o documento havia sido encaminhado no dia 2 de abril. Entrando na pauta **Diretrizes de Licenciamento Simplificado,** o **Secretário Executivo** explicou que a discussão que estava sendo feita era sobre se seria a hora de simplificar ou não. Esclareceu que já existia um decreto do Estado abordando o assunto e que Macaé estava descumprindo o que está previsto no decreto. Afirmou que os técnicos foram chamados para a discussão e que a gestão estava ouvindo as opiniões sobre o que se poderia propor como **diretrizes para o licenciamento**. Explicitou que já havia clareza de entendimento de que uma diretriz básica dizia respeito aos tipos de atividades que não poderiam ser licenciadas simplificadamente e que, **sabendo-se o que não se pode licenciar, fica mais fácil organizar o que se pode licenciar simplificadamente**. Compartilhou o levantamento realizado, a nível de Brasil, de que 70% dos empreendimentos funcionam sem licenciamento e que, dentro deste universo estavam desde lava-jatos, oficinas mecânicas, até empresas que iniciavam com uma atividade e migravam para outra e não pediam licenciamento. Afirmou que este diagnóstico aponta para a necessidade de medir o esforço e priorizá-lo para aqueles agentes que sejam mais danosos, sem descuidar daqueles agentes que, mesmo que em menor proporção, criam algum dano. Apresentou o cálculo de cerca de 1.141 estabelecimentos e empreendimentos, em Macaé, que estão fora do licenciamento, seja porque estão em zona de risco, seja porque não estão regulamentados, seja porque funcionam na clandestinidade, dentre outros fatores. Observou que isso precisa ser tratado, que esses 1.141 estabelecimentos que estão fora, precisam ser trazidos para dentro do licenciamento e que isso inclui "o Joãozinho", que monta um lava-jato na sua casa e que joga aquela água residual contaminada com óleo, produtos químicos e esgoto, misturados na rede. Inclui o "Pedrinho", que tem uma oficina mecânica e descarrega todos os seus resíduos, de forma inapropriada, na rede de esgoto. Enfatizou que todos esses empreendimentos, entre outros que fogem à mente, no momento, precisam ser incluídos. Apontou que já há, no Rio de Janeiro, o licenciamento simplificado, que o Estado já tem o decreto e tem uma resolução definida. Concluiu que, diante deste cenário, adiar o licenciamento simplificado é "ignorância pura", que é preemente

pensar nisso imediatamente. Sinalizou Curitiba e Florianópolis como exemplos que têm dado certo nesse aspecto e que a construção das diretrizes para o que não deve ser licenciado desta maneira está levando em conta a experiência destas cidades, e a experiência destas cidades demonstra que o caminho percorrido foi o de, antes de definir os empreendimentos a serem enquadrados no licenciamento simplificado, definiu-se aqueles que não seriam enquadrados nesta modalidade. Disse que já estão de posse das bases legais destas experiências, da Resolução CONAMA, a Lei da Liberdade Econômica e a Lei que Estabelece a Rede de Simplificação. Apresentou dados sobre o crescimento da demanda por licenciamento, entre 2021 e 2024, e disse que se não houver uma canalização de esforços, "o cobertor não vai dar conta". Declarou ser esta a situação atual do licenciamento e que não adiantava sonhar em se realizar concurso para botar 50 analistas para cobrir a demanda apresentada, que não se conseguiria, que era necessário trabalhar dentro da realidade e que a realidade era direcionar menos esforços para onde gerar menos danos. Verbalizou que as diretrizes para a simplificação visam facilitar o processo, proteger o meio ambiente e equilibrar o desenvolvimento. Compartilhou que já haviam definido os empreendimentos de baixo impacto ambiental, pequeno porte e baixo potencial poluidor, como candidatos ao licenciamento simplificado. Convidou os conselheiros a participarem do debate sobre os empreendimentos que precisam ser excluídos desse licenciamento simplificado, como as operações que tratam com alguns resíduos químicos fortes, operações com esgoto acima de 50 litros, armazenamento de combustíveis com mais de 15 mil litros e áreas de construção superiores a 2 mil metros quadrados. Destacou um fato interessante que foi a descoberta de que a cidade de Cascavel, hoje em dia, é uma das cidades que mais cresce com empreendimentos, através do licenciamento simplificado para a construção civil. Acrescentou que, desta maneira, a cidade vem obtendo êxito no estímulo às construções climaticamente resilientes, ambientalmente corretas, e nas exclusões de áreas de preservação permanente, zonas ecologicamente sensíveis, áreas de risco, áreas contaminadas e áreas que precisam de monitoramentos específicos. Elucidou que o próximo passo seria fechar as diretrizes e que aguardava a contribuição e opiniões dos conselheiros. Observou que nos processos de recebimento de opiniões, contribuições e críticas, apenas recebeu subsídios do Conselheiro Thièrs, até o momento. Encerrado este ponto de pauta, passou-se para a pauta **Diretrizes para Reforma do Órgão Colegiado de Julgamento de Impugnações e Recursos de Infrações Ambientais.** O **Secretário Executivo** disse se tratar de outro assunto de grande pertinência, que o processo em vigor era teratológico, citou como por exemplo o **acúmulo de cerca processos na Secretaria**, pendentes de conclusão de julgamento e que precisavam passar pelo COMMADS. Arguiu que nem se a Câmara Técnica se reunisse uma vez por semana para julgar todos esses processos, daria conta de tanto processo. Elencou que, na história do Conselho, apenas 04 (quatro) processos foram julgados no colegiado. Reconheceu que instaurar **uma nova instância de julgamento, algo que não ocorre na esfera federal, pode ter sido norteado pela melhor das intenções, mas que, na realidade, levou a um atravancamento.** Disse que chegaram três processos à sua mesa, essa semana, sendo um deles referente a uma empresa que derramou uma língua imensa de substância química, algo parecido com óleo junto

com petróleo e asfalto que, simplesmente, prescreveu, porque o processo, datado de 2013, chegou à sua mesa agora. Questionou se valia à pena haver essa tramitação estendida até o COMMADS abrindo brechas para prescrições no meio do caminho. Perguntou, retoricamente, se não seria melhor rever essa tramitação, adotando o mesmo padrão do governo federal, com duas instâncias, garantindo-se ao Conselho a prerrogativa de fiscalizar os processos, por amostragem, nessas instâncias. Reafirmou a urgência desta reflexão, sob risco de 400 processos prescreverem pois, segundo sua avaliação da situação, seria humanamente impossível o Conselho dar conta de julgar esse acúmulo vultuoso de processos. Alertou para o risco desse **sistema hoje vigente, desvirtuadamente, constituir-se em um sistema de premiação ao poluidor,** a quem comete infração. **Apresentou a proposta de uma nova composição do Colegiado de Julgamento com 3 membros do COMMADS, 3 membros da SEMAS, 1 membro do legislativo, 1 representante dos contribuintes e o Secretário de Meio Ambiente.** Destacou que os 3 membros de cada órgão ambiental, funcionariam como turma e que, a estrutura como um todo formaria uma Câmara, que toda decisão administrativa que aplique sanção ou determine medida fiscal seja impugnável por recurso dirigido a um Colegiado especialmente constituído. A **Conselheira Bernadete Vasconcelos,** disse fazer parte do Conselho por muitos anos e fez um resgate e contextualização visando esclarecer fatores que contribuíram para o acúmulo de processos se julgamento. Informou que o COMMADS foi preterido de protagonismo por muitas gestões sucessivas, que não havia transparência com as informações, que os processos não eram encaminhados para a apreciação do colegiado e que muitas câmaras técnicas foram criadas para atuar mas o Secretário acabava com a câmara técnica e a engavetava. A **Secretária Geral Monique Franco** disse que foi presidente do Colegiado de Julgamento, à época chamada de Junta de Impugnação Fiscal – JIF, durante dois anos. Explicou que quando assumiu, o Colegiado era um tabu na secretaria e tinha um volume enorme de processos parados. Disse que, praticamente sozinha, foi julgando para desacumular, e que, a terceira instância de julgamento era a Câmara Técnica do COMMADS. Esclareceu que houve uma fase de impasse de entendimento dentro do Conselho, sobre a prerrogativa do julgamento ser da Câmara Técnica ou da Plenária Geral do Conselho e que, devido a este impasse, o caso foi para a análise da Procuradoria e que isso durou cerca de 4 anos. Salientou que foi um período de cerca de 4 anos sem julgamentos, por conta do impasse. Falou que a Câmara Técnica, atualmente está instituída e conta com a atuação da Conselheira Milena, da OAB. Ponderou que se trata de um trabalho moroso, meticuloso, em que uma pessoa tem que pegar e analisar o processo. Ilustrou que a problemática transcende a culpabilização de uma das partes, que houve uma divergência de entendimentos que causou paralisia. Acrescentou que a situação tem se regularizado, gradativamente e que tem havido um esforço para se colocar os julgamentos em dia, porém, explicitou a sua concordância com o entendimento apresentado pelo Secretário Executivo, de que **é humanamente impossível dar conta de tal acúmulo, devido ao grande volume de processos parados**, independentemente da dedicação por parte da Câmara Técnica, que ficou inviável. Acenou que este cenário de limite de funcionamento indicava uma necessidade de reforma na estrutura e no procedimento dos julgamentos de processos. O **Secretário Executivo Hélio**

Márcio disse que, independentemente de definição de culpados, era necessário resolver o problema e que não havia muita lógica em se querer inventar a roda nesse momento, que já havia o exemplo e experiência de funcionamento consolidado da esfera federal. Apontou a existência de processo com multa que prescreveram que não adiantava buscar o culpado, que era necessário trazer solução, que a proposta apresentada tinha esse sentido, com uma estrutura composta por 9 membros, como um colegiado pleno, podendo ser divídido em 3 turmas que, operacionalizadas, analisando e votando, conseguiria trazer a celeridade necessária ao trabalho. Sugeriu que tal aperfeiçoamento da 2ª instância torna sem lógica a manutenção da 3ª instância. Questionou a real necessidade de se levar para uma 3ª instância um processo que já tenha recebido condenação em 1ª e 2ª instâncias. Salientou que, nos processos que analisou e que atingiram a prescrição, os recursos apresentados pelos advogados dos recorrentes são um mero "copia e cola" dos mesmos argumentos, sem fundamentos, em todas as instâncias, apenas para tramitar e ganhar tempo para conseguir a prescrição, um exercício legítimo deles. Encerrado este ponto de pauta, passou-se para a pauta **Novo Organograma da SEMAS.** O **Secretário Executivo** disse já ter abordado o assunto, vinculado ao planejamento e à Reforma Administrativa, e que mostraria o novo desenho organizativo da SEMAS. Disse ter tomado ciência de um projeto que não é um projeto de governo, mas de Estado, chamado MACAÉ + 20, que estabelece as metas de meio ambiente para os próximos 20 anos. Complementou que estão realizando um esforço para estabelecer uma estrutura alinhada a essa proposta. Mostrou e explicou o **organograma, a estrutura com os conselhos, como órgãos independentes, o Fundo, o Colegiado de Julgamento de Recursos Administrativos,** tendo apresentada o organograma que abrange diversas unidades e departamentos. No topo, encontra-se o **Secretário Municipal de Ambiente, Sustentabilidade e Clima**, e os órgão autônomos que se reportam diretamente a SANAPA, o COMMADS e o Fundo Ambiental FUNDAM. A estrutura organizacional tem como ponto central o **Secretário**, ao qual estão diretamente ligadas a **Chefia de Gabinete** e o **Subsecretário**. Este último, por sua vez, supervisiona o **Departamento de Gestão de Condicionantes**, o **Departamento de Gestão de ICMS Verde** e o **Departamento de Gestão de Indicadores**. Em um nível hierárquico subsequente, encontram-se as **Coordenadorias Especiais**: a **Coordenadoria Especial de Controller**, que abrange a Ouvidoria, o Departamento Financeiro, o Departamento de Licitações e Contratos e o Departamento de Gestão de Compensação; a **Coordenadoria Especial Jurídica de Licenciamento e Fiscalização**, à qual está vinculada a Assessoria Jurídica; e a **Coordenadoria Especial de Relações Institucionais e Compliance**, que tem a Assessoria de Comunicação como sua subordinada. Complementando a organização, e abaixo das coordenadorias especiais, situam-se as **Coordenadorias Operacionais**: a Coordenadoria de Políticas Ambientais e Resiliência Climática, a Coordenadoria de Arborização e Clima, a Coordenadoria de Licenciamento e Gestão Ambiental, a Coordenadoria de Fiscalização e Controle Ambiental e a Coordenadoria de Unidades de Conservação. Dentre estas, destaca-se a **Coordenadoria de Gestão e Administração**, que centraliza o Departamento de Expedientes, Processos e afins, o Departamento de Pessoal, o Departamento de Patrimônio, Almoxarifado e afins, o Departamento de Transporte Logística e afins,

o Departamento de Manutenção e o Departamento de Informática. Ressaltou r que, devido à falta de pessoal, muitos dos departamentos constantes nesta nova estrutura ainda estão sendo, na prática, acumulados e geridos pelos próprios coordenadores. Explicou que a **Gestão de Compensação** é diferente da **Gestão de Condicionantes**, que uma ocorre quando um empreendimento não consegue cumprir as exigências e faz um Termo de Ajuste de Conduta - TAC que estabelece compensações em razão daquilo que não se cumpriu. Finalizado o ponto de pauta, passou-se à pauta **do Projeto do Parque da Lagoa de Imboassica,** com os engenheiros e arquitetos da Secretaria de Obras. O **engenheiro civil Cristiano**, se apresentou como responsável pela coordenação do projeto básico, setor responsável por toda a elaboração de projetos na Secretaria antes dos procedimentos licitatórios. Explicou que toda a fabricação técnica é composta por seis setores que estão contemplados dentro do projeto básico, sendo o estágio atual o de arquitetura e urbanismo. Disse haver 3 objetos principais, sendo um deles a execução de uma praça, próxima ao Beco das Artes, em área onde a população já faz uso para lazer, dentro de uma concepção ambiental e de forma integrada à proposta do Parque Ecológico da Lagoa, em parceria com a UFRJ, que apresentou, no Conselho, o projeto de despoluição da Lagoa, outro objeto da proposta. Abordou um terceiro objeto que seria uma passarela, que vai viabilizar uma extensão de ciclovia que vem desde o início da praia campista, passa pela Praia do Pecado e se pretende que chegue até o bairro Mirante, possibilitando alguns quilômetros a mais de ciclovia, agregando valor na perspectiva da mobilidade, na perspectiva social, turística e ambiental. Apresentou o arquiteto Rodolfo como um dos responsáveis pelo projeto, junto com Gisele, Monique, e Marcos, a quem se referiu como também sendo arquiteto da Secretaria, e estagiários da UFRJ, formando uma grande equipe envolvida nessa fase de concepção que será sucedida pelas fases dos projetos estruturais, de energia elétrica, hidrossanitários e de drenagem, para, enfim, dar encaminhamento ao licenciamento ambiental junto ao INEA. Acrescentou que, para ganhar tempo, otimizar o trabalho e evitar desvios das exigências legais, já foi realizada uma pré-consulta ao órgão estadual, com o encaminhamento do anteprojeto, solicitando manifestação para direcionar o trabalho e mantê-lo dentro das exigências legais. Explicou que ao final da apresentação, a equipe estaria aberta a dar esclarecimentos e tirar dúvidas. O **arquiteto Rodolfo** assumiu a palavra, cumprimentou a todos, disse que toda a concepção do projeto gira em torno da proposta do Parque Ecológico, com o Centro de Pesquisa da universidade e com as atividades de tratamento do esgoto na saída do canal. Descreveu que a passarela será composta de três trechos, sendo o primeiro uma conexão entre os quiosques da Praia do Pecado e o Parque, que terá início em uma praça, o segundo que fará a conexão entre o Parque e a Alameda Tenente Célio, no São Marcos, e o terceiro trecho que fará a conexão entre a Tenente Célio e o bairro Mirante. Argumentou que, nos trechos que margeiam a Lagoa, o projeto foi elaborado para ter a menor interferência possível no corpo hídrico. Citou que haverá trechos em que a passarela ocupará uma faixa entre 4 e 5 metros para dentro da lagoa, sem supressão da vegetação ali presente, com previsão de cerca de 8 pontos de descanso, contemplação e atracação de barcos. Detalhou que a passarela terá 2,50 metros de largura, que ficará suspensa a uma altura de 50 cm acima do espelho d'água, que está sendo estudado o uso de

materiais sustentáveis, que a estrutura será de concreto, mas vai ter revestimentos que sejam sustentáveis, que ela toda terá um guarda-corpo em alumínio. Adendou que, próximo à área do Parque, há a previsão de 2 quiosques para utilização pública, com bancos disponibilizados no seu entorno, oferecendo cobertura e conforto ao público que busca a área para a realização de aniversários e confraternizações. Citou também a reserva e estruturação de área para a realização de eventos do poder públicc como a celebração natalina. Outro profissional da equipe se manifestou chamando a atenção para o fato de mais de 90% da área da planta baixa do projeto manter as características de permeabilidade, preservando os espaços de gramado e, nas áreas de pavimentação, adotando o piso intertravado, que é permeável. Falou que o parquinho infantil será consolidado. **Rodolfo** acrescentou que também está sendo previsto e planejado a oferta de 2 banheiros públicos, com capacidade adequada, e 1 banheiro de família, que será um equipamento público inédito na cidade. Aditou que, para zelar pelo cuidado e bom uso dos equipamentos públicos, foi previsto, ainda um posto para a Polícia Ambiental e/ou Guarda Municipal, juntamente com uma recepção, atendendo a um quesito de compactação e segurança, ficando a critério da Administração Municipal decidir a ocupação; uma estrutura de uma academia popular coberta, todas essas estruturas disponibilizadas próximo ao acesso principal do Parque. Explicou que foram adotados critérios de acessibilidade e que toda a arquitetura e *design* foi concebido para remeter ao meio ambiente e atrair a atenção das pessoas para o trabalho de pesquisa e de despoluição da Lagoa, executado pela UFRJ. Falou que foi realizado a topografia, levantamento de árvores que precisarão ser retiradas e substituídas através de plantios de árvores de espécies indicadas pela Secretaria de Meio Ambiente. Explicou que a Gisele está elaborando os itinerários de visitação, que o Parque terá uma organização para receber e cadastrar visitantes, que haverá recepção de escolas. A apresentação de Rodolfo foi finalizada com uma frase fazendo referência à importância e correlação dos parques urbanos com a qualidade de vida da população por proporcionarem contato com natureza, estruturas ecológicas, belezas cênicas, espaços para lazer e prática de atividades físicas. Passou a palavra para as profissionais Gisele e Monique para falar mais da proposta de integração entre a praça e o parque e, na sequência, abrir para perguntas. A Professora **Gisele** rememorou que esteve na apresentação do NUPEM em sessão anterior do colegiado, frisou o trabalho realizado de levantamento das espécies vegetais exóticas e a previsão de retirada dessas espécies mediante substituição por nativas, citou que a proposta prevê a constituição de jardins e a constituição da Casa Ecológica que será o laboratório do Parque e da Lagoa, citou que há um importante diálogo entre os diversos projetos no sentido da escolhas dos materiais a serem adotados nas estruturas. Disse que houve um momento em que várias iniciativas e propostas para o local começaram a correr de forma descoordenada entre si, e que foram feitas intervenções no sentido de se frear as ações fragmentadas para iniciar uma construção integrada. Disse que isso trouxe uma significativa agregação de valor ao projeto porque, inicialmente, previa-se um modelo de praça convencional e que esse modelo migrou para uma proposta mais sofisticada e integrada com a ideia do Parque. Declarou que os servidores municipais, Rodolfo e Marcos, foram muito receptivos à essa transição que proporciona uma integração do projeto da praça com o modelo de parque

naturalizado, que foge do modelo padrão de parques metalizados, que apresenta uma maior integração ao ambiente natural, com estruturas baseadas em madeira, cordas e balanços em árvores. Esclareceu que, apesar de um certo uso de madeira ecológica nas estruturas, há uma ponderação no uso de madeira por se tratar de uma área alagável e que se pretende, dentro da concepção do projeto, que continue sendo como é, prevendo que determinadas áreas, em períodos de chuvas fortes, estarão em condições alagadas. Observou que a preservação destas características, inclusive, objetiva evitar o agravamento do alagamento das vias próximas da Lagoa. Destacou que as pistas são concebidas para não alagarem e que há a previsão de um mirante com altura acima das árvores. Apresentou explicações sobre as escolhas dos materiais das estruturas, justamente visando uma certa resiliência às características de alagamento da localidade e permitindo o aceso da população para além dos próprios moradores daquela área nobre. O **Secretário Executivo** agradeceu aos profissionais envolvidos e registrou a presença do Secretário de Obras, Felipe. Abriu para as perguntas. A **Conselheira Jane Ribeiro** fez uma explanação sobre a sua afinidade pela mobilidade através de ciclovias, mas questionou sobre a transparência e a participação da população na formulação da proposta. Disse que só ficou sabendo através do Instagram. Disse que os ciclistas do bairro Mirante acessam o restante do território da cidade pelo trecho da antiga linha de trem e defendeu que isso seja considerado, em contraponto à proposta de traçado de ciclovia sobre o espelho d'água da Lagoa, já que existe uma boa relação com o Governo do Estado e que o trecho da linha férrea é bonito e bastante utilizado. Questionou também sobre possibilidades de trabalhar a questão do lixo junto à população do entorno e que frequenta a área da Lagoa, já que se trata de uma problemática que contribui para a degradação ambiental da mesma. O **Conselheiro Marcelino** abordou a questão da composição metálica das estruturas, lembrando que se localizam em uma região de intensa maresia e questionado se haveria um plano de manutenção previsto para estas estruturas. Alegou se tratar de uma questão básica mas que, por experiências recentes de falta deste tipo de manutenção em diversos equipamentos públicos da cidade, a exemplo dos terminais de ônibus, considerava pertinente pontuar. Outra questão colocada pelo conselheiro foi a importância de se observar a diferença entre ciclovias à beira de ruas de velocidade de 40 km por hora e ciclovias à beira estradas de alta velocidade, sendo necessário, para este último caso, um maior reforço nas estruturas de proteção da ciclovia em resguardo aos ciclistas. O **Conselheiro Thièrs** fez questionamentos sobre como a ciclovia ficaria suspensa sobre a Lagoa, se haveria escavação e extração de sedimento tóxico da Lagoa com revolvimento do fundo. Perguntou sobre a destinação que se daria a esse material e sobre que tratamento estava previsto para estes impactos. Aconselhou que se buscasse o devido acompanhamento técnico do INEA-Rio sobre esta questão apresentou ressalvas ao fato de se construir na margem da Lagoa, por ser área de preservação permanente. A moradora do Frade, **Rosângela**, perguntou sobre o valor do investimento nas obras citadas. A **Conselheira Thayná** refletiu sobre a falta de educação para uma maior integração das populações com as áreas verdes de seus territórios e a dificuldade de se levar os alunos das escolas públicas para visitas nas unidades de conservação. Disse ter recebido uma informação de que as escolas recebem dois ônibus por mês para realizarem este tipo

de visitação e perguntou sobre a mensuração de quantidade de estudantes que se pretendia receber por cada atividade realizada no Parque da Lagoa. Ressaltou como de suma importância que se pense na logística de acesso, disponibilidade de transporte e, até mesmo, transporte próprio das unidades de conservação. Citou o caso do Parque Atalaia, onde a parada de ônibus ficava à quilômetros da sede do Parque. Apelou também para que essa proposta apresentada não ficasse restrita às áreas nobres da cidade e que se buscasse democratizar o acesso a esses espaços. A Srª. **Virgína** também refletiu sobre o processo de gentrificação, de delimitação de áreas nobres e não nobres na cidade, sobre o desprezo por espaços importantes da cidade como o Canal Macaé-Campos e pelas pessoas moradoras de rua em busca de abrigo. Também se disse incomodada com a proposta de construção em cima da Lagoa. O arquiteto **Cristiano,** em resposta à Conselheira Jane, explicou que o projeto da ciclovia foi feito de acordo com o mapa cicloviário da cidade, que se chegou a propor o trajeto pelo trecho da linha férrea, mas não foi aprovado pelo Governo Federal. Explanou que, a partir disso, pensou-se em levar o traçado cicloviário para dentro da rua, mas avaliou-se que tal solução cicloviária, adensaria a quantidade de veículos dentro dos bairros, levando a um agravamento de outro tipo de problema de mobilidade urbana. Alegou que todas as opções priorizadas visavam evitar interferências na margem da Lagoa, mas que, a falta de opções, trouxe novamente a ideia de se utilizar parte da margem da Lagoa, de forma comedida e estudada e isso integrou o plano cicloviário, visando integrar o bairro Mirante. Sinalizou também que o traçado cicloviário pelo lado da linha férrea traria uma série de problemas com acessos e travessias em trechos, por exemplo, como o encontro da Amaral Peixoto com a Norte-Sul. Sobre a questão dos riscos por acompanhar uma estrada de alta velocidade, disse que foram feitas consultas ao DER e que a ciclovia não ficará encostada na rodovia, que terá um distanciamento de 2 metros da mesma, contará com estruturas de proteção como *guardrails,* cerca de 2 metros de canteiro, 2,5 metros de passeio, gradeamento para conter trânsito de animais silvestres para a rodovia com acessos a cada 120 metros, a título de saídas de emergências solicitadas pelo corpo de bombeiros. Sobre o questionamento sobre a previsão de plano de manutenção das estruturas metálicas, foi dito que o projeto arquitetônico e a definição de materiais ainda não foi consolidado, mas que, havendo opção por estes materiais, já é uma prática da Secretaria de Obras estabelecer os devidos planos de manutenção. Reconheceu que houve períodos da gestão em que não havia contratos de manutenção dos equipamentos, mas que a realidade, agora, era diferente. Foi acrescentado que foram realizados estudos que mostram que as estruturas metálicas demandam menos manutenção, a longo prazo, do que a madeira. Sobre a pergunta do Conselheiro Thièrs, explicou que a metodologia executiva para as fundações ainda está em fase de estudo, que poderá não ser por escavação, que talvez seja por estaqueamento, que será escolhido o método de menor impacto e que essa escolha se dará em uma etapa posterior ao do projeto de arquitetura, mas que será necessário um aparato que confira estabilidade à estrutura que se pretende. Acrescentou que o projeto passará pelo órgão técnico competente, que o licenciamento norteará esse processo, estabelecendo condicionantes as serem seguidas para a mitigação dos impactos, que a intenção é realizar a obra com o mínimo de impactos. Explicou também que a proposta é de que, até a

chegada desse momento, os jardins filtrantes já estejam em funcionamento para contribuir nessa mitigação de impactos. Sobre construção de decks, passarelas e locais de contemplação em área de APPs, informou que há previsões legais de que esse tipo de estrutura possa ser construída em casos específicos como o que envolve a Lagoa de Imboassica. Sobre o questionamento de valor da obra, foi explicado que todos os projetos precisam ser finalizados em sua concepção para que se possa elaborar uma planilha orçamentária e que, portanto, ainda não se chegou ao custo da obra. A respeito da pergunta da Conselheira Thayná sobre quantidade de alunos que serão atendidos, explicou que isso ainda será definido no plano de trabalho da professora Gisele, sobre o acesso logístico para estes estudantes, enunciou que o projeto de arquitetura prevê vagas e marcas para paradas de ônibus e diversos outros locais para atendimento de crianças. O **Secretário Executivo** agradeceu à presença e participação dos profissionais, deu novas explicações sobre a dinâmica e os ritos aplicáveis ao Grande Expediente e anunciou o início da **Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA

Com a pauta **Manual de Arborização** para discussão e deliberação. Disse se tratar de assunto previsto na Lei 3010/2007, que é a Lei de Arborização, que prevê a elaboração e implementação de um manual técnico, que foi elaborada uma proposta, previamente encaminhada aos conselheiros e trazida para o Conselho, para ser aprovado como resolução, norma técnica, tornando as suas diretrizes obrigatórias de serem seguidas. Pontuou que é prerrogativa do Conselho aprovar normas técnicas por resolução e que o teor do documento visa estabelecer procedimentos para planejamento, implantação, manejo e manutenção de arborização, considerando a necessidade de orientar as ações do poder público e da sociedade civil, o que se constitui como uma resposta às demandas que a Conselheira Bernadete Vasconcelos vem trazendo para o colegiado e que constitui uma preocupação de diversos outros conselheiros, cidadãos e, também, da gestão, para promover a qualidade ambiental, a sustentabilidade e o bem-estar da população por meio da arborização urbana, contribuindo para a construção de uma cidade mais verde e sustentável. Explicou também que o manual vem de encontro a uma necessidade de facilitar a consulta, para a população, das normas técnicas previstas em Lei, mas que elas não acessam. Pontuou que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade será responsável pela divulgação, implementação, fiscalização e cumprimento do manual de harmonização, bem como pela antecipação e atualização das imagens e mapas, porque há algumas imagens e mapas que precisam ser atualizados. Observou que esse dispositivo também facilita a aplicação de sanções por parte do órgão ambiental a quem descumprir suas normas. Insistiu que estas normas poderiam ser produzidas de uma maneira discricionária pelo poder público, mas que há um entendimento da gestão de que a participação coletiva na construção é o melhor método. Contextualizou a predominância fática de facilidades na supressão de árvores e de restrições no plantio das mesmas, havendo conflito, por exemplo, com regras de acessibilidade, sendo que, muitas vezes não são as árvores as culpadas pelo problema de acessibilidade e mobilidade, mas sim, a própria concepção dos equipamentos, da calçada que, em muitos casos,

não seguem os padrões necessários. Fez referência à fala da Virgínia que verbalizou a sua nítida percepção de carência de arborização na área norte da cidade e que este assunto tem permeado as discussões internas com os técnicos. Citou que o manual prevê as situações de calçadas estreitas, cabeamentos aéreos, das podas e manejos prejudiciais e sem critérios, além de trazer a atualidade da importância de uma boa arborização para que se possa ter resiliência climática e melhoria do microclima, criando uma cidade mais preparada para enfrentar os desafios ambientais. Também ressalta a importância para a conectividade ecológica, para a criação de corredores verdes, conexão com áreas verdes urbanas, permitindo o fluxo de espécies e a manutenção da vida e da diversidade, promovendo a saúde dos ecossistemas urbanos, promovendo a melhoria da qualidade do paisagismo ambiental da cidade, promovendo a criação de espaços urbanos mais arborizados e visualmente atraentes, um maior conforto ambiental, reduzindo a poluição sonora, atmosférica, harmonizando a temperatura, aumentando a umidade do ar, proporcionando sombra aberta para a população e para a fauna urbana, garantindo a segurança e saúde da população, evitando riscos de acidentes com árvores, quedas de ramos, adotando o controle de pragas, doenças que podem afetar a urbanização. Visando também a proteção do patrimônio natural e cultural, preservando as árvores existentes, especialmente aquelas consideradas imunes a cortes, promovendo o plantio de espécies nativas adequadas ao ambiente. Adotando a educação ambiental, sensibilizando a população sobre a importância da harmonização urbana, incentivando a participação. Ressaltou também que a atualização e adequada regulamentação da legislação municipal visa uma maior conformidade com as leis e normas ambientais, uma maior uniformização e interpretação das diretrizes gerais da Política Nacional de Arborização. Disse ser fundamental que se incentive a participação ativa dos cidadãos nos cuidados e manutenção das árvores, através de ação de educação ambiental, capacitação e apoio técnico, divulgação de informações técnicas claras, acessíveis para a comunidade, fornecendo orientação sobre prática adequada de plantio, controle de doenças e outras técnicas de manejo. Colocou que quem teve a oportunidade de foliar o manual percebeu que foi elaborado um conteúdo exemplificativo de árvores por porte para orientar o plantio adequado na área urbana, em observação às características, por exemplo, de porte da espécie, de compatibilidade com as estruturas urbanas. Destacou que o manual traz quais são as árvores de médio porte, grande porte, pequeno porte e as recomendações necessárias. Frisou também a presença de critérios técnicos para o planejamento e execução de arborização voltada para projetos tanto públicos quanto privados, norteando, inclusive os trabalhos das secretarias de obras e de serviço público, dentre outras. Mencionou que o manual estabelece também critérios para as compensações através de fornecimento de mudas, estabelecendo os padrões destas mudas para que elas tenham uma possibilidade mínima de sobreviver quando plantadas. Descreveu também o conflito existente com a companhia elétrica que, visando salvaguardar os cabos elétricos, pede autorização para fazer a poda, vai lá e corta tudo, muitas vezes criando um adoecimento de uma árvore saudável, ou de um desequilíbrio de pesos nos galhos, que pode causar a queda da árvore. Descreveu a problemática das compensações de empresas, através de plantios que, por fazerem os berços de maneira errada, prepararem o solo de maneira errada, não fazerem a rega e a

manutenção da forma apropriada, causam uma grande mortandade das mudas, criando situações, a título de exemplo, onde uma área em que deveria ter 100 árvores plantadas, permanecem com apenas 10. Mencionou também as exigências de plantio de árvores nos projetos de construção civil, minimizando os efeitos negativos da impermeabilização do solo. Relembrou o caso recente da chuva forte que alagou tudo em Macaé e como isso deve servir para demonstrar a urgência de uma boa política de arborização para a cidade já que as árvores desempenham um papel fundamental na prevenção de alagamentos, na interferência e na recepção de chuvas, na interceptação de águas pelas suas copas, na criação de canais de infiltração de água no solo e a sua absorção pelas raízes, contribuindo para a regulamentação do ciclo hidrológico, para a melhoria do ar, para a redução da temperatura, para o aumento da biodiversidade, para a promoção do bem-estar da população, gerando uma cidade mais preparada para enfrentar todos os desafios. Relatou que todo esse esforço e iniciativa visa também acabar com o modismo adotado, principalmente por empresas, de fazer *marketing* com plantio de árvores para, depois, deixa-las morrer. Disse que a ideia buscada é a de que estes atores que querem criar uma boa imagem pública de suas organizações, façam o seu *marketing*, mas que cuidem das árvores plantadas para que de fato elas vinguem, caso contrário, serão autuadas. Explicou que isso exige também um bom funcionamento da fiscalização. Abriu para perguntas. A Srª. **Virgínia** relatou suas dúvidas em relação às árvores plantadas em frente a sua casa que têm sofrido com manejos errados do poder público questionando se o Manual orienta o morador sobre como atuar neste tipo de situação. O **Secretário Executivo** respondeu que as orientações para este caso específico não estão no Manual mas estão na Lei de Arborização, que as árvores nas vias públicas são responsabilidade do município e as árvores em terreno particular são responsabilidade do proprietário da área. Disse que o Manual possui um forte viés de orientar que as supressões de árvores sejam compensadas. A Srª. **Virgínia** questionou se o poder público iria replantar as árvores que suprimiu. O **Secretário Executivo** disse que não havia planejamento e orçamento para que isso acontecesse, mas que o Manual vinha para começar a mudar este quadro. A **Conselheira Bernadete** sugeriu a **criação de um sistema de contagem e controle das árvores antigas e de porte grande das praças**, dada a importância destas para a cidade e o fato um tanto raro de estarem em um espaço sem cabos elétricos que restrinjam o seu crescimento. Defendeu que este inventário seria um importante mecanismo que ajudaria a própria população a ficar de olho nas supressões. Denunciou também o conflito existente entre paisagismo e arborização, se referindo à prestação de serviço de paisagismo contratada que muitas vezes realiza supressões indiscriminadas para colocar plantas novas fora do contexto histórico, cultural e natural da localidade. Disse ter receio de que esta prática venha a suprimir espécimes únicos em porte e beleza que sobrevivem na Rua da Praia, a exemplo da antiga figueira citada pelo Secretário Executivo. Denunciou que naquela localidade havia várias árvores antigas, sem impedimento para o seu crescimento, e que foram suplantadas. Defendeu que haja contagem e controle mais rigoroso das árvores grandes e antigas e que se dê especial valor a localidades que possam ser utilizadas para propagar mais destas árvores grandes. O **Secretário Executivo** reconheceu como importante a fala da Conselheira Bernadete e disse que o Manual busca

4

inaugurar um maior cuidado com este tipo de árvores em seu trecho que aborda sobre as árvores imunes de corte. Explicou que a intenção é dar um aspecto técnico a estes procedimentos para que as pessoas comecem a analisar antes de fazer, desconstruindo a cultura de "*serial killer* da motoserra". A **Conselheira Thayná Fernandes** elogiou a apresentação e **chamou a atenção para a necessidade de melhorar o aspecto da comunicação da proposta, defendendo um formato informativo próprio para a comunidade**, incentivando a busca de mudas no horto, por exemplo, dando uma orientação mais acessível e direcionada sobre como plantar esta muda. Citou o exemplo da entrega de mudas na Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente de forma desprovida de qualquer orientação sobre como proceder com aquela muda. Disse ter gostado da parte da apresentação que menciona a relevância da preservação e do engajamento da comunidade mas questionou quais seriam os passos a serem dados neste sentido. Também destacou a importância da parte da apresentação que aborda o problema do exercício da propaganda sobre os plantios de mudas de forma desconectada da responsabilidade de se manter vivas essas mudas plantadas. Citou uma proposta da Conselheira Jane sobre a **elaboração de alguma forma de incentivo às propriedades que mantém árvores em suas áreas** e que isso inclua uma melhor propagação das informações sobre as formas corretas de plantio e manejo. **Conselheiros da Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos solicitaram vistas do Manual de Arborização**, o mesmo foi retirado de pauta e a reunião foi encerrada devido ao esgotamento do tempo regimental.

Encaminhamentos:

1- Planejar a reabertura do Parque Municipal da Restinga do Barreto montando um plano de comunicação para informar a população da região (Solicitação da cidadã Sabrina Dias do Macaé Raiz);

2- Enviar ofício à Secretaria de Serviços Públicos convidando para a realização de uma apresentação sobre as atividades de poda e cortes de árvores realizadas na cidade, na reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Solicitação da Conselheira Bernadete Vasconcelos);

3- Encaminhar ofício para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos solicitando informações sobre as obras e intervenções que estão sendo realizadas na Praça Veríssimo de Melo e questionando se as árvores da praça passarão por algum procedimento de manejo, poda ou supressão (Solicitação da Conselheira Bernadete Vasconcelos);

4- Encaminhar ofício ao NUPEM solicitando um levantamento de informações das características ecológicas, históricas e de biodiversidade da Restinga da Praia do Pecado visando instruir processo judicial relativo à desapropriação da área (Proposta do Conselheiro Rodrigo Lemes);

5- Encaminhar ofício ao NUPEM solicitando o estudo sobre a área de restinga do Pecado (Proposta **Conselheiro Thièrs)**

6- Agendar visitação de equipe técnica da SEMAS ao Parque Municipal da Restinga do Barreto para avaliar e produzir relatório das condições ambientais da localidade visando nortear diligências

de segurança, limpeza e recuperação (Solicitação de Virgínia Nogueira);

7- Reiterar ofício à Tractebel solicitando a apresentação e disponibilização de especialistas para atuarem na elaboração dos planos de manejo do Parque Municipal do Barreto e Arquipélago de Santana e interagirem com a equipe técnica da SEMAS (Solicitação do Conselheiro Thièrs);

8- Solicitar à Coordenadoria de Arborização, a elaboração e envio para o COMMADS, de um inventário das árvores antigas e de grande porte, localizadas nas praças e em outros equipamentos públicos da cidade, para quantificação e controle das mesmas (Proposta da Conselheira Bernadete Vasconcelos);

9- Elaborar uma cartilha em linguagem simples sobre o Manual de Arborização, para distribuir para a população a título de campanha de conscientização e de educação ambiental (Proposta da Conselheira Thayná);

Felipe Smith Salgado
SECRETÁRIO - Matr.: 408013
Secretaria Municipal de
Ambiente, Sustentabilidade e Clima